

4ª CÂMARA CÍVEL

EDCL na Apelação Cível nº 312342-0
Embgte: Clóvis Martins Peixoto Junior
Embgdo: Mercantil Investimentos S/A
Relator Des. Eurico de Barros Correia Filho

ACÓRDÃO

Ementa. Embargos de Declaração em sede de Apelação Cível. Juízo a quo que reconheceu a nulidade de nota promissória em branco ante a ausência de preenchimento do campo destinado ao seu valor. Sentença reformada em grau de apelação. Reconhecimento da obrigação no pagamento do título.

Aclaratórios fulcrados na alegação de que: seriam aplicáveis ao caso as normas do Código de Defesa do Consumidor (afastada em sede de recursal ante a não configuração de destinatário final); a nota promissória em branco seria imprestável como título executivo e, por fim, que foram incluídos valores indevidos na planilha demonstrativo de débito.

Pretensão recursal que reflete evidente renovação de matéria de mérito. Impossibilidade em sede de aclaratórios. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

Embargos de declaração rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, de conformidade com o relatório e voto, que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.



Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

Tc



4ª CÂMARA CÍVEL

EDCL na Apelação Cível nº 312342-0

Embte: Clóvis Martins Peixoto Junior

Embgo: Mercantil Investimentos S/A

Relator Des. Eurico de Barros Correia Filho

RELATÓRIO

Clóvis Martins Peixoto Junior interpôs embargos de declaração em face do acórdão proferido em sede de recurso apelatório, assim ementado (fls. 286/287):

Apelação Cível em sede de Embargos à Execução. Sentença que reconheceu a nulidade de nota promissória em branco ante a ausência de preenchimento do campo destinado ao seu valor.

1ª Preliminar suscitada pelo apelado (contra-razões). Irregularidade do DARJ apresentado em sede de apelo. Constatação que no documento de arrecadação tributária consta a indicação do contribuinte, bem como do valor da causa devidamente atualizado e a autenticação mecânica do pagamento. Rasura quanto ao número do processo que consiste em mera irregularidade. Rejeição da preliminar. Decisão unânime.

1ª Preliminar do recorrente. Conhecimento do agravo retido. Pagamento das custas ao final do processo ante o elevado valor da lide. Deferimento da pretensão no anverso da própria inicial. Pedido para reforma da decisão formulado na própria contestação. Posterior provocação para novo pronunciamento sobre a matéria que não tem o condão de reabrir o prazo recursal. Intempestividade do agravo retido. Decisão uniforme.

2ª Preliminar do apelante. Intempestividade dos embargos à execução. Devedor citado desde 24.02.1997. Embargos à execução ajuizados em 04.01.2013. Observância de que a ação executiva foi proposta contra 05 (cinco) réus em litisconsórcio passivo. Aplicação da regra estampada no art. 241, III do CPC. Ajuizamento dos embargos que consistiu, em verdade, no comparecimento espontâneo do devedor em Juízo. Intempestividade afastada. Rejeição da preliminar sem discrepância.

3. Mérito. Contrato de mútuo firmado em 30.06.1995 no valor de R\$ 6.495.000,00 (seis milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil reais). Inadimplemento total. Ajuizamento da ação executiva contra os devedores e os fiadores.

3.1. Valores utilizados no incremento da produção e como capital de giro da devedora. Qualidade de destinatário final não configurado em favor da executada. Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso em apreço. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

3.2. Nota promissória em branco (desprovida do preenchimento do campo destinado ao valor). Fato que, por si só, não enseja a nulidade do título, já que a mesma tem por função traduzir o montante do débito, condição esta que restou satisfeita nos autos ante a planilha acostada pelo credor e pelo próprio contrato firmado pelas partes (valor certo e determinado). Título

executivo que consiste no próprio contrato de mútuo firmado pelas partes (art. 585, II do CPC). Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

3.3. Vícios da planilha. Fato que ensejaria a intimação do credor para emendar a inicial antes de qualquer extinção prematura do feito. Procedimento não adotado nos autos.

3.4. Excesso de execução. Necessidade de observância da regra estampada no art. 739-A, § 5º do CPC. Norma de aplicabilidade imediata. Embargante que deveria declarar na inicial o valor que entende por correto, mediante memória de cálculo. Condições não satisfeitas nos autos. Embargante que, apesar de intimado para apresentar planilha do valor que entendia devido, limitou-se a invocar em seu favor os cálculos elaborados pela contadoria judicial que atualizou o valor da causa atribuído na ação executiva (de R\$ 12.344.241,50 para R\$ 87.012.320,45). Não conhecimento do suposto excesso de execução

3.5. Ausência de impugnação a alegação de que jamais foi adimplida uma única parcela da obrigação assumida pelos executados.

3.6. Alegação de que o contrato prevê a capitalização de juros e cumulação da comissão de permanência com outros encargos. Impossibilidade. Afastamento desde que seja configurada a hipótese nos autos.

3.7. Provimento parcial do recurso. Decisão unânime. Prejudicada a apreciação do cerceamento de defesa alegado pelo próprio apelante. Necessidade de prosseguimento da ação executiva para satisfação do crédito do exequente. Citação dos demais executados.

3.8. Honorários advocatícios fixados, nos termos do art. 20, 4º do CPC, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em favor do patrono do embargado, ora recorrente.

Nas razões dos presentes aclaratórios, defende o embargante a existência de uma série de contradições, pois, ao contrário do consignado no acórdão recorrido, o STF sedimentou entendimento pela aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras (Súmula 295), devendo, ao caso, ser invertido o ônus da prova.

Destaca, ainda, ter havido omissão no que tange a imprestabilidade da nota promissória em branco como título executivo, até porque o contrato firmado pelos litigantes seria ilícito, o que implicaria em violação à regra do art. 586 do CPC.

Afirma, por fim, que na planilha de demonstrativo de débito foram incluídos valores indevidos a título de verba honorária.

Contra-razões às fls. 336/348.

Recife, 22 de maio de 2014

Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc

4ª CÂMARA CÍVEL

EDCL na Apelação Cível nº 312342-0

Embgte: Clóvis Martins Peixoto Junior

Embgdo: Mercantil Investimentos S/A

Relator Des. Eurico de Barros Correia Filho

VOTO

A lide tem origem num contrato de mútuo firmado pela Imperial Diesel S/A com o Banco Mercantil S/A, em data de 30.06.1995 (fls. 37/38), no valor de R\$ 6.495.000,00 (seis milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil reais), com vencimento em 30.06.1998, a ser pago nos termos do anexo acostado às fls. 39, o qual, contudo, restou totalmente inadimplido pelo devedor e pelos fiadores (Clóvis Martins Peixoto Júnior, ora apelado, e outros).

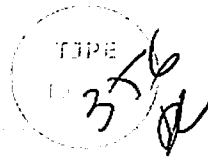
Acontece que, ao ajuizar a ação executiva, a instituição financeira credora acostou ao referido contrato uma nota promissória em branco, com vencimento à vista, ou seja, desprovida da indicação do *quantum debeatur*.

O Juízo *a quo* julgou procedentes os embargos à execução, tendo esta 4ª Câmara Cível concedido provimento ao apelo e, por conseguinte, reformado a sentença, reconhecendo, portanto, a obrigação no pagamento do referido título, conforme restou reconhecido no acórdão embargado.

Feitos estes esclarecimentos, registro que o pedido para aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor (conforme reconheceu o Juízo *a quo*, contudo, foi afastado por este TJPE), bem como a alegação de imprestabilidade da nota promissória em branco como título executivo constituem evidente renovação de matéria de mérito, o que é incabível em sede de embargos de declaração, a saber:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 3. Hipótese em que o embargante visa à reforma do julgado que afastou a isenção do recolhimento de custas para as entidades de fiscalização profissional. 4. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1338247/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 30/09/2013)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. WRIT CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEBATE SOBRE PEDIDO E VALOR DA CAUSA. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. ALEGADAS OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. MÉRITO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. (...) 5. Os embargos de declaração somente possuem serventia para retificar algum dos vícios listados nos incisos I e II do art. 535 do CPC; não possuem o objeto intrínseco de rediscutir o mérito; inexistindo vício, devem ser rejeitados. Precedentes: EDcl no RMS 34.797/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 9.4.2012; e EDcl no RMS 31.791/AC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.2.2012. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no RMS



37.524/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 25/04/2013)

Igual entendimento há de ser aplicado no que tange as alegações promovidas pelo embargante de que na planilha demonstrativa de débito teriam sido incluídos valores indevidos (verba honorária).

Assim sendo, conforme bem enfatiza o Ministro Humberto Gomes de Barros, os embargos declaratórios são apelos de integração jamais de substituição.

Isto posto, voto no sentido de **rejeitar** os presentes embargos de declaração.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiya de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

Tc